

MetLife Planos Odontológicos Ltda.

CNPJ nº 03.273.825/0001-78 - ANS 40.648-1



Navigating life together

Relatório da Administração

Temos a satisfação de apresentar aos nossos acionistas, parceiros de negócios e clientes as Demonstrações Financeiras da MetLife Planos Odontológicos Ltda. ("Operadora"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

A empresa

A Operadora faz parte do grupo americano MetLife Inc., líder global de seguros, planos de previdência e programa de benefícios para empregados, servindo 100 milhões de clientes em cerca de 50 países. O grupo obteve no exercício de 2016 arrecadações de

prêmios, tarifas e outras receitas de US\$ 50,1 bilhões e acumulou ativo total de US\$ 898,8 bilhões.

Atuando no Brasil desde 2008 no segmento de operação de planos de assistência odontológica, conta hoje com uma rede diferenciada de mais de 30 mil opções de atendimento em todo o Brasil, mais de 766 mil beneficiários cobertos, apoiados por uma estrutura com 101 colaboradores.

Evolução dos indicadores de desempenho



Desempenho:

Os ativos totais fecharam em um patamar de R\$86,8 milhões no final do exercício e o patrimônio líquido foi de R\$44,7 milhões, com lucro líquido de R\$24,1 milhões. As provisões técnicas totais atingiram o montante de R\$ 10,8 milhões e o montante das contraprestações em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$109,4 milhões.

No exercício de 2016, a Operadora efetuou pagamento de tratamentos odontológicos de seus beneficiários no montante de R\$ 57 milhões. Este valor corresponde a 70,227repasses pagos no período. No mesmo período, o índice de sinistralidade obtido foi de 59,5%.

O cenário econômico em 2016 foi caracterizado pela redução das pressões inflacionárias e consequente início do ciclo de redução da taxa Selic pelo Banco Central dada a ancoragem das expectativas futuras em relação aos preços. No âmbito internacional, o desempenho das economias desenvolvidas e a redução dos estímulos monetários nos EUA foram os principais fatores que influenciaram os mercados. Antevendo as condições do mercado para 2016, principalmente em relação à inflação e a queda das taxas de juros, a Operadora decidiu pela alocação em ativos pré-fixados em diferentes prazos. Tal estratégia viabilizou um resultado superior ao obtido no mesmo período em 2015.

Investimentos:

A Operadora vem dando ênfase no desenvolvimento de novos canais de distribuição, aproveitando as competências em sistemas de gestão e produtos, bem como com pessoas com capacitação nesses assuntos, hoje existentes nas outras operações da própria MetLife na América Latina.

Como plano de longo prazo, um dos pontos estratégicos da Operadora é investir na melhoria contínua dos serviços para aprimorar ainda mais o atendimento a segurados e corretores, sustentado pelos investimentos em Tecnologia da Informação.

Em recursos humanos, para apoiar a execução da estratégia da Operadora, estão sendo realizados investimentos para a formação de uma liderança forte e para capacitação das equipes.

Governança Corporativa:

A Operadora segue as políticas adotadas pela matriz dando grande importância à manutenção de adequados processos de controles internos e estrito cumprimento das políticas e procedimentos estabelecidos pela Administração, e pelos reguladores (Compliance). A Operadora vem continuamente aperfeiçoando suas políticas, suas ferramentas e investindo em treinamento de funcionários voltados aos processos de prevenção a fraudes, lavagem de dinheiro e comportamento ético.

A Deloitte, empresa de auditoria externa, e a área de auditoria interna gerenciada diretamente pela matriz, são as entidades que prestam serviços de auditoria.

Compromisso e agradecimentos:

A diretoria da Operadora está confiante no crescimento de suas operações no Brasil e na continuidade dos seus investimentos. O nível de crescimento atingido ao longo destes anos, caracterizado por um forte incremento das vendas, base de clientes e alcance geográfico e o resultado positivo e consistente atingido a partir de 2014 nos deixam confiantes de que estamos construindo uma operação sólida e de longo prazo.

Aproveitamos para reiterar nossos votos de estima à Agência Nacional de Saúde-ANS, aos nossos parceiros de negócios, clientes em geral e aos nossos colaboradores, a quem expressamos um especial reconhecimento pelo empenho e competência dedicados à MetLife Planos Odontológicos Ltda., promovendo uma constante melhoria dos produtos e serviços oferecidos aos nossos clientes.

A Administração.

Balancos patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2016	2015	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2016	2015
Circulante		23.011	11.354	Circulante		19.909	18.323
Disponível		129	414	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		12.228	12.199
Realizável		22.882	10.940	Provisão para eventos ocorridos e não avisados	9c	10.848	9.924
Aplicações	4	16.698	4.683	Provisão de eventos a liquidar	9b	1.380	2.275
Aplicações não vinculadas a provisões técnicas		16.698	4.683	Tributos e contribuições a recolher	10	1.920	1.788
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5	4.326	3.315	Débitos diversos	11	5.761	4.336
Contraprestações pecuniárias a receber		4.326	3.315				
Créditos tributários e previdenciários	6	1.310	2.458				
Bens e títulos a receber	7	539	475				
Despesas antecipadas		9	9				
Não circulante		63.761	41.057	Não circulante		22.192	17.225
Realizável a longo prazo		62.170	39.067	Provisões para ações judiciais	12	22.192	17.225
Aplicações	4	40.586	37.099	Patrimônio líquido		44.671	16.863
Aplicações vinculadas a provisões técnicas		14.301	11.052	Capital social	13	39.944	39.944
Aplicações não vinculadas a provisões técnicas		26.285	26.047	Ganhos e perdas não realizados		(60)	(3.730)
Ativo fiscal diferido	6	21.537	1.921	Lucros/prejuízos acumulados		4.787	(19.351)
Depósitos Judiciais e fiscais		47	47				
Imobilizado		95	180				
Imobilizado de uso próprio		95	180				
Hospitais/odontológicos		33	39				
Não hospitalares/odontológicos		62	141				
Intangível	8	1.496	1.810				
Total do ativo		86.772	52.411	Total do passivo e patrimônio líquido		86.772	52.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Ganhos e perdas não realizados	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014		39.944	(1.248)	(23.873)	14.823
Lucro líquido do exercício		-	-	4.522	4.522
Perdas não realizadas com títulos e valores mobiliários	4	-	(2.482)	(2.482)	(2.482)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		39.944	(3.730)	(19.351)	16.863
Lucro líquido do exercício		-	-	24.138	24.138
Perdas não realizadas com títulos e valores mobiliários	4	-	3.670	-	3.670
Saldos em 31 de dezembro de 2016		39.944	(60)	4.787	44.671

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais - R\$)

	2016	2015		2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais	115.090	106.685	Aumento nas aplicações financeiras - Recursos livres	11.969	8.797
Recebimento de planos saúde	-	-	Lucro líquido do exercício	24.138	4.522
Resgate de aplicações financeiras	-	919	Mais	2.434	1.608
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(58.421)	(52.381)	Depreciações e amortizações	485	134
Pagamento de comissões	(10.495)	(9.730)	Juros e variações monetárias sobre provisões para ações judiciais e obrigações fiscais	1.949	1.474
Pagamento de pessoal	(11.705)	(10.550)	Menos	-	(22)
Pagamento de serviços de terceiros	(2.372)	(3.208)	Lucro na venda de investimentos e ou imobilizado	(26.778)	(4.857)
Pagamento de tributos e encargos sociais retidos	(15.402)	(15.786)	Atividades operacionais	(15.502)	(7.338)
Pagamento de aluguel	(240)	(326)	Variação dos créditos de operações com planos de assistência à saúde	(1.010)	1.631
Pagamento de promoção/publicidade	(330)	(871)	Variação dos títulos e créditos a receber	(18.455)	(518)
Aplicações financeiras	(4.108)	(7.058)	Variação das despesas antecipadas	(1)	(2)
Outros pagamentos operacionais	(12.223)	(6.399)	Variação de outros créditos a receber	(84)	(1.911)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(206)	1.295	Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	29	2.618
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(55)	-	Variação dos débitos de operações de assistência à saúde	-	(60)
Pagamento de aquisição de imobilizado - Outros	(55)	-	Variação dos tributos e contribuições a recolher	131	(365)
Pagamento relativos ao ativo intangível	(24)	(1.244)	Variação de depósito de terceiros	618	156
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(79)	(1.244)	Variação de débitos diversos	3.826	3.415
Aumento/redução em caixa e equivalentes de caixa	(285)	51	Variação de ganho e perdas não realizados	3.670	(2.483)
Caixa e equivalentes de caixa	414	363	Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(206)	1.295
Saldo inicial	129	414			
Saldo final	129	414			
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	(285)	51			
Ativos livres no início do exercício	31.144	22.347			
Ativos livres no final do exercício	43.113	31.144			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais - R\$)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A MetLife Planos Odontológicos Ltda. ("Operadora") está localizada na Rua Flórida, 1.595-Brooklin Novo, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, cuja controladora final é a MetLife Inc., uma sociedade de capital aberto devidamente constituída no Estado de Delaware nos Estados Unidos da América, localizada na 1.095 Avenue of the Americas, Nova York, e tem por objetivo a operação de planos privados de assistência à saúde, exclusivamente odontológicos, bem como a realização de outras atividades conexas com esse objetivo.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e de acordo com o Plano de Contas instituído pela Resolução Normativa - nº 290 de 27 de fevereiro de 2012 e posteriores alterações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, sendo as principais práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3.

3 DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até 3 meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 estes eram compostos por saldos de caixas e bancos registrados na rubrica "Disponível".

b) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2016	2015
Contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde		109.424	100.217
Contraprestações líquidas	14	114.197	104.461
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde		(4.773)	(4.244)
Eventos indenizáveis líquidos	15	(59.545)	(58.661)
Eventos indenizáveis		(58.621)	(57.797)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(924)	(864)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		49.879	41.556
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		249	671
Outras despesas operacionais		(7.670)	(4.870)
Resultado bruto		42.458	37.357
Despesas de comercialização	16	(11.757)	(10.380)
Despesas administrativas	17	(28.722)	(22.831)
Resultado financeiro líquido	18	4.083	3.529
Receitas financeiras		6.071	5.011
Despesas financeiras		(1.988)	(1.482)
Resultado patrimonial		-	22
Receitas patrimoniais		-	22
Resultado antes dos impostos e das participações		6.062	7.697
Imposto de renda	19	(2.330)	(2.313)
Contribuição social	19	(1.101)	(862)
Impostos diferidos	19	21.507	-
Lucro líquido do exercício		24.138	4.522

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais - R\$)

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	24.138	4.522
Outros resultados abrangentes		
Ativos financeiros disponíveis para venda:	3.670	(2.482)
Ajuste com títulos e valores mobiliários	5.560	(3.760)
Efeitos tributários	(1.890)	1.278
Resultado abrangente total do exercício	27.808	2.040

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo; ou
- For adquirido, principalmente, para ser vendido a curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Operadora administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Resultado Financeiro", na demonstração do resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos e não classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidas no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em ganhos e perdas não realizados, no patrimônio líquido, líquido dos correspondentes efeitos tributários.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

c) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados no ativo dentro da categoria de empréstimos e recebíveis e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado "contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde". A provisão para perda sobre créditos é constituída conforme RN nº 314/12 com base em análise de créditos a receber vencidos acima de 60 dias para clientes pessoas físicas e 90 dias para pessoa jurídica, em montante suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização desses créditos.

d) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando-se em consideração a vida útil e econômica dos bens.

e) Intangível

Representado por licença de uso de software, amortizados pelo prazo de 60 meses.

f) Demais ativos realizáveis a longo prazo

São representados ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as provisões para perdas.

Continua...

Metlife Planos Odontológicos Ltda.

CNPJ nº 03.273.825/0001-78 - ANS 40.648-1



MetLife

Navigating life together

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 de 2015 (Em milhares de reais - R\$)

g) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Provisão de eventos a liquidar

Os custos dos serviços prestados são registrados com base nas notificações dos prestadores de serviços da rede credenciada quando da ocorrência dos eventos cobertos pelos planos, em contrapartida às contas de resultado de eventos indenizáveis líquidos.

Provisão de eventos ocorridos e não avisados

A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA é apurada conforme Resolução Normativa - RN nº 393/15 e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorrido, mas que ainda não tenham sido notificados à Operadora. A Operadora constitui a PEONA integralmente seguindo os parâmetros mínimos determinados pela RN nº 393/15.

h) Reconhecimento das receitas operacionais

As receitas de contraprestações dos planos de assistência odontológica são reconhecidas, observados os períodos de coberturas contratuais, pelo regime de competência. As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência odontológica são contabilizadas pelo regime de competência.

i) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com operação própria de atendimento odontológico são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pelos profissionais e pelas clínicas conveniadas são contabilizados com base nas notificações comunicando a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

j) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo
São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, das correspondentes variações monetárias e dos encargos incorridos.

k) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$240 no exercício. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

l) Imposto de renda e contribuição social diferido

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - "LiabilityMethod", equivalente ao CPC 32) de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o montante do lucro fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, aprovados anualmente pela Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Operadora e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros.

m) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros".

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- Foi adquirido, principalmente, para a recompra no curto prazo.
- Faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados pela Operadora e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo.
- É um derivativo não designado como instrumento de "hedge" efetivo.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Resultado Financeiro", na demonstração do resultado.

n) Obrigações legais

A avaliação da provisão para os processos judiciais, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações do CPC nº 25 - Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes.

As provisões para processos judiciais são classificados levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os processos judiciais classificados como perda provável são integralmente provisionados, como provisão para perdas tributárias.

Obrigações legais decorrentes de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independem da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal.

o) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, ajustes na provisão para realização de contas a receber, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões técnicas e para riscos ou perdas tributárias. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá vir a ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Operadora revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

p) Normas e interpretações novas revisadas e já emitidas e não adotadas

O CPC ainda não editou os pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas abaixo. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela ANS.

- **IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes"** - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- **IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"** - Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 aborda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Operadora.

4 APLICAÇÕES

a) Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

	2016		2015	
	Custo atualizado	Valor Justo	Efeitos tribu- tários	Valor Justo
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Mantidos para negociação:				
Fundos de Investimento - Renda fixa (i)	8.646	8.646	-	4.683
Total títulos para negociação	8.646	8.646	-	4.683
Ativos financeiros disponíveis para venda:				
Notas do tesouro nacional - NTN (ii)	37.691	37.605	(86)	29
Letras do tesouro Nacional - LTN (ii)	4.899	4.907	8	(3)
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (ii)	6.138	6.126	(12)	4
Total títulos disponíveis para venda	48.728	48.638	(90)	30
Total	57.374	57.284	(90)	60

(i) O valor das cotas de fundos de investimento - renda fixa foi apurado com base nos valores das cotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Operadora aplica seus recursos. Os fundos de investimento em que a Operadora aplica não são exclusivos.

(ii) Os títulos públicos federais foram atualizados pela variação da taxa SELIC e foram ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Estes títulos possuem mercado ativo com liquidez diária.

(iii) Valores contabilizados diretamente em conta de patrimônio líquido - ganhos e perdas realizados - TVM.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os títulos públicos integrantes da carteira encontravam-se sob custódia de instituição financeira intermediária. A custódia das cotas dos fundos de investimento são mantidos diretamente pelos administradores desses fundos.

Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, são classificados nos níveis 1 a 3, com base no grau observável do valor justo:

- Mensurações de valor justo de nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, como base em preços).
- Mensurações de valor justo de nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as mensurações dos instrumentos financeiros foram obtidas de preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (nível 1).

b) Aplicações por prazo de vencimento

Em 31 de dezembro de 2016, os vencimentos dos ativos estão distribuídos conforme demonstrado na tabela abaixo:

	Até 3 meses ou sem vencimento		6 a 12 meses		Acima de 3 anos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	8.646	-	-	-	-	8.646
Quotas de fundos de investimento abertos	8.646	-	-	-	-	8.646
Ativos financeiros disponíveis para venda	3.145	4.907	40.586	48.638		
Títulos de renda fixa públicos	3.145	4.907	40.586	48.638		

5 CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE (CLIENTES)

Os Créditos de operações com planos de assistência à saúde são inicialmente reconhecidos pelo valor justo. Considerando que as operações têm prazo médio de recebimento de até 30 dias, a Administração entende que os ajustes a valor presente resultariam em efeitos materiais nas demonstrações financeiras:

	2016				Vencidas para perda sobre créditos	Total
	A vencer	Até 30 dias	Até 60 dias	De 31 a 60 dias		
Faturas a receber	2.596	2.062	171	1.300	(1.803)	4.326
Total líquido	2.596	2.062	171	1.300	(1.803)	4.326

	2015				Vencidas para perda sobre créditos	Total
	A vencer	Até 30 dias	Até 60 dias	De 31 a 60 dias		
Faturas a receber	1.990	655	633	601	(564)	3.315
Total líquido	1.990	655	633	601	(564)	3.315

a) Movimentação de faturas a receber:

	2016	2015
Contraprestações a receber no início do exercício	3.315	4.946
Contraprestações emitidas	117.506	105.591
Recebimentos	(115.090)	(106.685)
Constituição de provisão para perdas sobre crédito	(1.563)	(507)
Reversão de provisão para perdas sobre crédito	324	260
Baixas/cancelamentos	(166)	(290)
Contraprestações a receber no final do exercício	4.326	3.315

6 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2016, a Seguradora apresenta base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal no montante de R\$ 25.640 (R\$ 30.027 em 2015) e diferenças temporárias no montante de R\$ 37.617 (R\$ 29.950 em 2015) a compensar com lucros futuros. A legislação permite que bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores sejam compensadas com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% de cada lucro tributável auferido em determinado ano.

Até 31 de dezembro de 2015, a Operadora não constituía crédito tributário de imposto de renda e contribuição social diferido devido a não existência de lucro tributável em três dos últimos cinco anos, exceto pelos efeitos tributários de TVM, de acordo com as regras da ANS para registro de tais créditos.

Em 31 de dezembro de 2016, amparada no seu histórico de lucros dos últimos três anos e nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, a Administração contabilizou os devidos créditos fiscais diferidos decorrentes do prejuízo fiscal, no montante de R\$ 25.640, e de diferenças temporárias no montante de R\$ 37.617, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Impostos a compensar (i)	1.310	2.458
Sobre outras diferenças temporárias (a)	12.790	-
Sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (a)	8.717	-
Sobre marcação a mercado de título classificado como disponível para venda	30	1.921
Total	22.847	4.379
Circulante	1.310	2.458
Não circulante	21.537	1.921

(i) Os impostos a compensar são formados, substancialmente, por créditos a compensar de órgãos públicos.

(a) Demonstração do cálculo do crédito tributário:

	2016	2015
Base negativa acumulada de contribuição social	25.640	-
Adições temporárias (i)	37.617	-
Total	63.257	-
Alíquota de contribuição social	9%	-
Crédito tributário de contribuição social	5.693	-
Prejuízo fiscal acumulado	25.640	-
Adições temporárias (i)	37.617	-
Total	63.257	-
Alíquota de imposto de renda	25%	-
Crédito tributário de imposto de renda	15.814	-
Total do crédito tributário constituído	21.507	-
Crédito tributário sobre ajuste TVM (iv)	30	-
Total do crédito tributário	21.537	-

(i) As diferenças temporárias são formadas, basicamente, por provisões judiciais e provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA).

(iv) Refere-se aos efeitos tributários dos ajustes de títulos e valores mobiliários da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda (vide nota 4).

b) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários:

O imposto de renda e a contribuição social serão realizados à medida que os prejuízos fiscais que os originaram sejam apresentados. Apresentamos abaixo a estimativa de realização desses créditos:

	2016	2015
Realização IRPJ/CSLL	21.507	2.843
Total	21.507	2.843

7 BENS E TÍTULOS A RECEBER

	2016	2015
Adiantamentos a funcionários	490	404
Comissões a recuperar	49	71
Total	539	475

8 INTANGÍVEL

	2016		2015	
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Total
Licenças de uso de software	20	2.097	(601)	1.496
Total		2.097	(601)	1.496

9 RECURSOS PRÓPRIOS MÍNIMOS, DEPENDÊNCIA OPERACIONAL E PROVISÕES TÉCNICAS

Em 16 de dezembro de 2010, a ANS publicou a Resolução Normativa - RN nº 243, que estabeleceu novas regras para constituição de provisões técnicas, critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo e dependência operacional. As principais definições foram:

- a) O Patrimônio Mínimo Ajustado - PMA representa o valor mínimo do patrimônio líquido ou patrimônio social, calculado a partir da multiplicação de fatores determinados pelo capital base de R\$7.908 (R\$7.266 em 31 de dezembro de 2015), anualmente atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Por esta razão, o PMA requerido desta Operadora, em 31 de dezembro de 2016, é de R\$255 (R\$234 em 31 de dezembro de 2015) sendo o patrimônio líquido ajustado da Operadora, em 31 de dezembro de 2016, de R\$ 44.201 (R\$ 25.009 em 31 de dezembro de 2015).
- b) Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a provisão de eventos a liquidar, nos montantes de R\$ 1.380 e R\$ 2.275, respectivamente, representam valores relativos à prestação de serviços odontológicos efetuados por profissionais e clínicas conveniadas à Operadora em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência.
- c) A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA é apurada conforme Resolução Normativa - RN nº 393/15 e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorrido, mas que ainda não tenham sido notificados à Operadora. A Operadora constitui a PEONA integralmente seguindo os parâmetros mínimos determinados pela RN nº 393/15. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a PEONA foi registrada nos montantes de R\$10.848 e R\$ 9.924, respectivamente.
- d) Dependência Operacional: é o valor calculado com base na diferença, contada em dias, entre o prazo médio de pagamento de eventos assistenciais e o prazo médio de recebimento de contraprestações, decorrente do ciclo financeiro da operação de planos privados de assistência à saúde. O limite permitido pela ANS é de 30 dias. Esta Operadora apresenta excedente operacional inferior a zero, não estando obrigada a manter ativos garantidores.
- e) Margem de solvência: manter patrimônio líquido superior a 20% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses, sendo 100% para as contraprestações da modalidade preestabelecido e 50% para a modalidade pós-estabelecido, ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses, sendo 100% dos eventos/sinistros da modalidade preestabelecido e 50% para a modalidade pós-estabelecido, o maior dos dois.

	2016	2015
Margem de solvência	2016	2015
Patrimônio Líquido	44.201	16.863
(+) Obrigações legais	9.752	9.965
(-) Créditos tributários (s/prejuízo e base negativa)	(8.717)	-
(-) Despesas antecipadas	(9)	(9)
(-) Ativo intangível	(1.496)	(1.810)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	44.201	25.009
(A) 0,20 vezes das contraprestações - Últimos 12 meses	22.839	20.892
(B) 0,33 vezes da média dos eventos - Últimos 36 meses	18.441	16.218
Margem de solvência total = maior entre (A) e (B)	22.839	20.892
Proporção cumulativa	55,77%	48,38%
Margem de solvência mínima	12.738	10.108
Suficiência (insuficiência)	31.463	14.901

10 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2016	2015
Tributos e contribuições sobre o lucro a recolher		
Imposto de Renda	381	345
Contribuição Social	142	130
Imposto Sobre Serviços	158	150
PIS	38	35
COFINS	233	213
Subtotal	952	873
Tributos e contribuições de terceiros a recolher		
Imposto de renda retido de terceiros	219	242
Imposto sobre serviços	22	21
Contribuições previdenciárias	432	379

	2016	2015
FGTS	105	107
PIS/COFINS/CSLL	90	81
Taxa de Saúde Complementar - ANS	100	85
Subtotal	968	915
Total de Tributos e Contribuições a Recolher	1.920	1.788

11 DÉBITOS DIVERSOS

	2016	2015
Outros débitos diversos	649	595
Fornecedores a pagar	1.052	649
Intercompany a pagar	1.578	213
Depósitos de terceiros	40	658
Obrigações com pessoal	2.442	2.221
Total	5.761	4.336

12 PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

A Operadora é parte de processos judiciais envolvendo riscos tributários. A movimentação dos saldos das provisões no exercício findo em 3

Metlife Planos Odontológicos Ltda.

CNPJ nº 03.273.825/0001-78 - ANS 40.648-1



Navigating life together

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais - R\$)

Risco de crédito

O risco de crédito advém da possibilidade da Operadora não receber valores decorrentes das contraprestações vencidas. A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes.

Através de controles internos adequados, a Operadora monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está descrita na nota explicativa nº 3c.

No tocante à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos através de um comitê de investimento se observados os dispostos da RN 159 da ANS no tocante à aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores.

Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco através do equacionamento do fluxo

de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos. Para isso, a Operadora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados a garantia das provisões técnicas.

Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Operadora estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio de investimentos. A Operadora busca reduzir os impactos das alterações nas taxas de juros através da elaboração de mandatos de investimento estabelecidos, considerando diversos aspectos, tais como: perfil de negócio, estudos atuariais e aspectos de liquidez.

Análise de sensibilidade de variações da taxa de juros

As flutuações das taxas de juros de curto prazo tais como o CDI, a Selic ou ainda as variações na Estrutura a Termo de Taxa de Juros, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras e equivalente de caixa.

Em 31 de dezembro de 2016, se as taxas médias de mercado de 2016 fossem 2% maiores ou menores do que o verificado no período e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 aumentaria/diminuiria em aproximadamente R\$ 1.832.

24 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 09 de dezembro de 2015, a ANS publicou a RN 393 Art. nº 10 parágrafo 1º que as operadoras de grande porte ficaram obrigadas a calcular a PEONA por metodologia atuarial a partir de 1º de janeiro de 2017. A adoção desta metodologia gerou um impacto positivo na linha de eventos ocorridos no montante de R\$ 5.206 mil e em contrapartida a redução da provisão da PEONA.

25 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela diretoria e sócios cotistas da Operadora em 29 de março de 2017.

Diretoria

Raphael Afonso Godinho de Carvalho - Diretor-Presidente
Cassia Teresinha Lopes de Alcântara Gil - Diretora Técnica

Alejandro Gabriel Widder - Diretor Executivo
Cristina Varella - Controller

Contador

Marcos Antonio Klein
Contador - CRC ISP225765/0-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Cotistas da
Metlife Planos Odontológicos Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Metlife Planos Odontológicos Ltda. ("Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Metlife Planos Odontológicos Ltda., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Operadora é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa

opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2017

Deloitte.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/0-8

Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/0-5

Informação em Dobro

Assine o **DCI** no plano anual e receba por **6 meses** a revista de sua preferência, por apenas:

Veja: 12 x R\$ **61,00**
(no cartão de crédito ou 6x no boleto bancário)

Exame: 12 x R\$ **55,60**
(no cartão de crédito ou 6x no boleto bancário)

Você S/A: 12 x R\$ **49,35**
(no cartão de crédito ou 6x no boleto bancário)



Ligue:

(11) **5095-5335** ou **0800 770 3324**
São Paulo e Gde. SP Demais Localidades

dcicomercio.com.br
/jornalDCI

@jornalDCI
dcicomercio